

Demonstrações Contábeis

BANCO CLÁSSICO S.A.

CNPJ: 31.597.552/0001-52

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente.

BANCO CLÁSSICO S.A.

Avenida Presidente Vargas, nº 463 – 13º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ
CNPJ Nº 31.597.552/0001-52

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Índice

Relatório da Administração	3-4
Relatório do auditor independente	5-9
Balço patrimonial.....	10
Demonstrações dos resultados dos exercícios	11
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	15-31



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2020

Objetivos estratégicos

O Banco Clássico S.A. tem como estratégia o investimento no setor de infraestrutura do País, particularmente nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás, direcionando o reinvestimento dos recursos oriundos dessas aplicações e a manutenção em caixa de recursos suficientes, para a qualquer momento, e com oportunidade, usar esses recursos em novas aplicações, mantendo com esse encaixe, como plano de contingência para necessidades financeiras imediatas.

Metas de crescimento e meios de expansão

O Banco Clássico S.A. revisa diariamente seu posicionamento no mercado, observando e mensurando as condições econômicas, financeiras, política, legal e de mercado que podem causar algum desvio de rota.

Também, sempre pautou em sua estratégia em assegurar uma posição sólida e com rentabilidade consistente, proporcionando ao longo de sua trajetória agregar valor ao capital, bem como contribuindo para o desenvolvimento sustentável, dentro dos limites definido pela Diretoria.

Clientes, mercados, produtos e serviços visados na estratégia

O Banco Clássico S.A. possui uma carteira de clientes relativa às Empresas do Grupo, e as mesmas, seguem as regras e políticas estabelecidas pela instituição e em conformidade as bases normativas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Seus sistemas e processos integrados, que possibilita um acompanhamento pontual dos limites máximos de seus clientes, e caso ocorrendo uma variação será imediatamente ajustado.



Processo de planejamento estratégico & implantação da estratégia

Anualmente, a estratégia do Banco Clássico S.A é revisada com a finalidade de ajustar o posicionamento quando necessário e corrigir eventuais desvios da rota preestabelecida. Todas as decisões estratégicas tomadas pela Diretoria são pautadas no Código de Ética da Organização e são avaliadas periodicamente, buscando assegurar balanço sólido e rentabilidade consistente, proporcionando agregar valor ao capital, bem como contribuindo para o desenvolvimento sustentável, dentro dos limites de risco estabelecido pela Diretoria.

Diretoria

José João Abdalla Filho
Raquel da Fonseca Cantarino
Manoel Eduardo Lopes
Ronaldo Dias

Diretor Presidente
Diretor vice presidente
Diretor
Diretor

A Diretoria



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do
BANCO CLÁSSICO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Clássico S.A. (“Banco”), identificadas como controladora, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, do Banco Clássico S.A. (“Consolidado”), elaboradas conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.280/13, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Clássico S.A. e do Conglomerado Prudencial do Banco Clássico S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de ativos financeiros

O Banco Clássico S.A. possui investimentos em cotas de fundos de investimento, cuja mensuração ao valor justo se dá pela atualização dos valores das cotas dos fundos investidos divulgadas pelos respectivos administradores. Esses fundos investem substancialmente em ativos financeiros mensurados ao valor justo em função do valor de mercado que compõem a sua carteira de ativos. Devido à relevância desses investimentos em relação ao patrimônio líquido do Banco, esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspectos julgados necessários às circunstâncias:

- Obtivemos a confirmação da quantidade cotas de fundos detidas pelo Banco;
- Recalculamos a valorização das aplicações nos fundos investidos, com base nas cotas divulgadas pelos respectivos administradores;
- Obtivemos as carteiras de investimento dos fundos investidos na data-base na nossa auditoria e avaliamos, de acordo com a composição e perfil de risco dos investimentos, se os valores das cotas divulgadas representam adequadamente os seus valores justos; e
- Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto evidenciadas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação por força das normas emanadas do Banco Central do Brasil, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 26 de março de 2020.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis editadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, que trata do Conglomerado Prudencial e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- f) Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Banco e suas controladas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2021.

AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

CRC RJ-Nº 0202

ERNESTO PATRÍCIO GIRÁLDEZ
- Contador CRC-RJ Nº 053.076/O-2 -

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	Nota	R\$ Mil		R\$ Mil	
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Exercício 2020	Exercício 2019	Exercício 2020	Exercício 2019
ATIVO CIRCULANTE		12.703.687	11.550.445	11.332.030	10.335.475
DISPONIBILIDADES		345	495	384	578
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		1.437.900	1.126.428	1.438.000	1.126.617
Aplicações no Mercado Aberto	6	1.437.900	1.126.428	1.438.000	1.126.617
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		11.265.441	10.423.521	9.892.434	9.208.278
Carteira Própria	7	11.149.133	10.393.410	9.776.125	9.178.167
Vinculados ao Banco Central		90.264	-	90.264	-
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a	26.044	30.111	26.045	30.111
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1	1	1	2
Depósitos no Banco Central	8	1	1	1	2
OUTROS CRÉDITOS		-	-	1.211	-
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	1.211	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		585.734	566.476	600.648	665.148
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		244.588	225.322	259.499	323.991
OUTROS CRÉDITOS		136.181	117.778	151.092	210.348
Rendas a Receber	10	136.181	117.778	151.092	210.348
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-	6.099
Diversos	10.a	108.407	107.544	108.407	107.544
OUTROS VALORES E BENS		-	-	3	3
Despesas Antecipadas		-	-	3	3
INVESTIMENTOS	11.a	340.693	340.693	340.693	340.693
No País		-	-	12.406	12.487
Outros Investimentos		340.693	340.693	340.693	340.693
(Depreciações Acumuladas) (-)		-	-	(12.406)	(12.487)
IMOBILIZADO DE USO	11.b	453	461	453	461
Imóveis de Uso		600	600	600	600
Outras Imobilizações de Uso		164	130	164	130
(Depreciações Acumuladas) (-)		(311)	(269)	(311)	(269)
TOTAL DO ATIVO		13.289.421	12.116.921	11.932.678	11.000.623
PASSIVO CIRCULANTE		4.928.891	4.399.346	3.572.109	3.283.009
DEPÓSITOS		314	125	314	125
Depósitos à Vista		314	125	314	125
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	13	1.358.160	1.116.337	-	-
Carteira de Terceiros		1.358.160	1.116.337	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	3.570.417	3.282.884	3.571.795	3.282.884
Fiscais e Previdenciárias		3.570.393	3.282.884	3.570.393	3.282.884
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	1.378	-
Diversas		24	-	24	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		9.785	68.844	9.824	68.883
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	9.785	68.844	9.824	68.883
Sociais e Estatutárias		9.775	68.838	9.775	68.838
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-	-
Diversas		10	6	49	45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.350.745	7.648.731	8.350.745	7.648.731
Capital		3.827.052	3.560.747	3.827.052	3.560.747
De Domiciliados no País	18	3.827.052	3.560.747	3.827.052	3.560.747
Reservas de Lucros		216.702	133.461	217.119	133.461
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos		4.306.991	3.954.523	4.306.574	3.954.523
TOTAL DO PASSIVO		13.289.421	12.116.921	11.932.678	11.000.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO 2º SEMESTRE DE 2020 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019

	Nota	R\$ Mil			R\$ Mil	
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
		2º SEMESTRE 2020	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	153.611	178.473	87.849	178.473	87.849
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		153.611	178.473	87.849	178.473	87.849
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	(13.017)	(35.125)	(78.023)	(35.125)	(78.023)
Operações de Captação no Mercado		(13.017)	(35.125)	(78.023)	(35.125)	(78.023)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		140.594	143.348	9.826	143.348	9.826
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.872)	(7.032)	85.422	(7.032)	85.422
Receitas de Prestação de Serviços	15	99	193	189	193	189
Despesas de Pessoal		(522)	(968)	(998)	(968)	(998)
Outras Despesas Administrativas		(3.346)	(6.129)	(3.719)	(6.129)	(3.719)
Despesas Tributárias		(103)	(286)	(33.079)	(286)	(33.079)
Outras Receitas Operacionais	15.a	-	158	123.029	158	123.029
RESULTADO OPERACIONAL		136.722	136.316	95.248	136.316	95.248
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	45.053	-	45.053
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		136.722	136.316	140.301	136.316	140.301
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.017)	(1.028)	(772)	(1.028)	(772)
Provisão para Imposto de Renda		(554)	(554)	(418)	(554)	(418)
Provisão para Contribuição Social		(463)	(474)	(354)	(474)	(354)
LUCRO LÍQUIDO		135.705	135.288	139.529	135.288	139.529
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO APÓS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO		135.705	135.288	139.529	135.288	139.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO 2º SEMESTRE DE 2020 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019

	R\$ Mil		
	CONTROLADORA		
	2º SEMESTRE DE 2020	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	135.705	135.288	139.529
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.085.401	340.551	1.239.107
Resultado no ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	1.096.901	352.051	1.281.107
Juros sobre o Capital Próprio	(11.500)	(11.500)	(42.000)
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	1.221.106	475.839	1.378.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
 CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO 2º SEMESTRE DE 2020 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019

R\$ Mil

		CONTROLADORA							
		Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Títulos Disponíveis para Venda	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM	30/06/2020	3.627.666	-	92.913		40.548	3.209.673	(417)	6.970.383
	AUMENTO DE CAPITAL	109.386	90.000				417		199.386
	AJUSTE REFERENTE PERÍODO ANTERIOR						417		417
	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL			6.786				(6.786)	-
	VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA				(417)		1.096.901	418	1.096.902
	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							135.705	135.705
	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LUCROS				117.420			(117.420)	-
	APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS					(40.548)			(40.548)
	CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR							(11.500)	(11.500)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR								-
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS								-
SALDO EM	31/12/2020	3.737.052	90.000	99.699	117.003	-	4.306.991	-	8.350.745
MUTAÇÃO DO PERÍODO		109.386	90.000	6.786	117.003	(40.548)	1.097.318	417	
SALDO EM	31/12/2019	3.560.747	-	92.913	-	40.548	3.954.523	-	7.648.731
	AUMENTO DE CAPITAL	176.305	90.000						266.305
	AJUSTE REFERENTE PERÍODO ANTERIOR						417		417
	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL			6.786				(6.786)	-
	VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA				(417)		352.051	418	352.052
	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							135.288	135.288
	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LUCROS				117.420			(117.420)	-
	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS								-
	APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS					(40.548)			(40.548)
	CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR							(11.500)	(11.500)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR								-
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS								-
SALDO EM	31/12/2020	3.737.052	90.000	99.699	117.003	-	4.306.991	-	8.350.745
MUTAÇÃO DO PERÍODO		176.305	90.000	6.786	117.003	(40.548)	352.468	-	702.014
SALDO EM	31/12/2018	3.294.828	-	85.937	-	191.514	2.673.416	-	6.245.695
	AUMENTO DE CAPITAL	265.919							265.919
	AJUSTE REFERENTE A EXERCÍCIOS ANTERIORES							(16.867)	(16.867)
	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL			6.976				(6.976)	-
	VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA						1.281.107		1.281.107
	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							139.529	139.529
	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS								-
	APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS					(191.514)			(191.514)
	CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR							(42.000)	(42.000)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR							(33.138)	(33.138)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS					40.548		(40.548)	-
SALDO EM	31/12/2019	3.560.747	-	92.913	-	40.548	3.954.523	-	7.648.731
MUTAÇÃO DO PERÍODO		265.919	-	6.976	-	(150.966)	1.281.107	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DO 2º SEMESTRE DE 2020 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil			R\$ Mil	
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	2º SEM./2020	2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	135.705	135.288	139.529	135.288	139.529
MAIS: DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	23	43	43	43	43
VARIAÇÃO DE AJUSTES PATRIMONIAIS	1.096.901	352.051	1.281.107	352.051	1.281.107
OUTROS AJUSTES	417	417	(16.867)	417	(16.867)
AUMENTO/REDUÇÃO EM APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(93.051)	(311.472)	31.641	(311.383)	31.733
AUMENTO/REDUÇÃO EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(2.074.649)	(841.920)	(2.539.958)	(684.156)	(2.534.533)
AUMENTO/REDUÇÃO EM RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1	-	-	1	(1)
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS	(107.334)	(19.266)	46.246	63.281	12.208
AUMENTO/REDUÇÃO EM DEPÓSITOS A VISTA	256	189	64	189	64
AUMENTO/REDUÇÃO EM CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	54.626	241.823	(28.578)	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	898.815	287.509	1.093.193	287.509	1.093.193
AUMENTO/REDUÇÃO EM NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES	-	-	-	1.378	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTRAS OBRIGAÇÕES	(4)	28	(5.565)	28	(5.560)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(88.294)	(155.310)	855	(155.354)	916
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
PAGAMENTO PELA COMPRA DE IMOBILIZADO	(3)	(35)	(5)	(35)	(5)
CAIXA LÍQ. GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(3)	(35)	(5)	(35)	(5)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO	(59.063)	(59.063)	(191.514)	(59.063)	(191.514)
PROVISÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO	(52.048)	(52.048)	(75.138)	(52.048)	(75.138)
AUMENTO DE CAPITAL	199.386	266.306	265.919	266.306	265.919
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	88.275	155.195	(733)	155.195	(733)
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(22)	(150)	117	(194)	178
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:					
DISPONIBILIDADES					
INÍCIO DO PERÍODO	367	495	378	578	400
FIM DO PERÍODO	345	345	495	384	578
AUMENTO OU REDUÇÃO	(22)	(150)	117	(194)	178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Clássico S. A. iniciou suas atividades em 1989, estando no mercado há 32 anos. Sua principal atuação consiste na aplicação de recursos próprios no mercado financeiro através de Títulos Públicos Federais de longo prazo, e através de fundos no mercado de títulos e valores mobiliários em ações de empresas nacionais, principalmente do ramo de energia.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, instituído pelo BACEN.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Instituição está apresentando as demonstrações contábeis individuais do Banco Clássico (Controladora), comparativamente com as demonstrações contábeis consolidadas (Consolidado), representando as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, requeridas pela Resolução CMN nº 4.280/13.

A consolidação do Conglomerado Prudencial está composta pelas seguintes entidades:

Banco Clássico S.A. (Controladora)

BANCLASS Fundo de Investimento em Ações

Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do órgão regulamentador Banco Central do Brasil – BACEN, de acordo com a Resolução nº 4.720, de 30/05/2019 (Revogada a partir de 1º/1/2021, pela Resolução nº 4.818, de 29/5/2020), Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Foram adotados, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e BACEN, quais sejam:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 08 (R1) – Títulos e Valores Mobiliários
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 – Evento Subsequente;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- CPC 35 (R2) – Demonstrações separadas;
- CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas; e
- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONTINUAÇÃO)

Para melhorar o efeito de comparabilidade as Demonstrações Contábeis foram organizadas lateralmente, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações foram preparadas em separado, exceto a Demonstração de Mutação de Patrimônio Líquido e a Demonstração do resultado Abrangente (DRA), pois, ambas são iguais, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações contábeis, controladora e consolidado, foram preparadas de acordo com as normas internacionais (IFRS), e as práticas adotadas no Brasil divulgadas através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 02 de março de 2021.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

São adotadas as práticas contábeis previstas pela Lei das S/A, sendo as principais:

- a) Os resultados das operações são apurados pelo regime de competência.
- b) Caixa e equivalente de caixa

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) inclui dinheiro em caixa, reservas livres, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias no momento de sua aplicação.

- c) As aplicações interfinanceiras

As aplicações financeiras devem ser classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação a valor justo reconhecido em contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

- d) Instrumentos financeiros – Através das circulares nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e 3.082, de 30 de janeiro de 2002, o Banco Central do Brasil estabeleceu novos critérios de avaliação e classificação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, que estão sendo observados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS (CONTINUAÇÃO)

e) Negociação e Intermediação de Valores - Demonstradas pelo valor das operações de compra/venda realizadas junto as Bolsas de Valores, por conta própria ou de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

f) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com as normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

g) Permanente

Imobilizado de Uso – Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (moveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados).

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 20%, conforme legislação em vigor.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos do Banco, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

j) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação, quando aplicável, é calculado considerando-se o número de ações em circulação na data de encerramento do período.

Estes valores são calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS (CONTINUAÇÃO)

- k) Em atendimento ao que determina a Circular 2.804 do Banco Central do Brasil, registra-se levantamentos efetuados pela RFB relativos a 7 processos sobre PIS/COFINS, cujo montante de principal é da ordem de R\$ 41.250.650,77 (quarenta e um milhões duzentos e cinquenta mil seiscentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos) para os quais o Banco obteve Decisão do STF que concedeu “Tutela de Urgência” suspendendo todos os Processos relativos a PIS/COFINS.

NOTA 4 - PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM OUTRAS SOCIEDADES

A Companhia possui 100% da totalidade das cotas do **BANCLASS Fundo de Investimento em Ações** e 100% das cotas do **Fundo de Investimento de Ações Dinâmica Energia** que por sua vez possui 99,99% da **Cia Dinâmica Energia S/A**, caracterizando desta forma controle na tomada de decisões de ambas as companhias.

Os Investimentos no Banclass e FIA Dinâmica estão classificados no ativo do Banco Clássico na rubrica “Fundos de Investimento” enquanto a Dinâmica Energia encontra-se classificado no ativo do FIA Dinâmica Energia.

NOTA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

O resultado abrangente é calculado ajustando-se o resultado do exercício acrescido ou diminuído do ganho ou perda do ajuste a valor de mercado na data do balanço e seus tributos devidos, tributos estes classificados na rubrica “impostos diferidos” e está sendo apresentado em quadro específico nas demonstrações financeiras.

NOTA 6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em operações compromissadas conforme abaixo:

CONTROLADORA

Títulos:	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
LFT	-	-
LTN	1.437.900	2.499
NTN	-	1.123.929
Total	1.437.900	1.126.428

CONSOLIDADO

Títulos:	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
LFT	-	-
LTN	1.438.000	2.500
NTN	-	1.124.117
Total	1.438.000	1.126.617

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria do banco estão classificados na categoria disponível para venda e podem ser assim demonstrados:

CONTROLADORA

Carteira Própria:	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
LFT	29.761	24.958
Cotas de Fundos	11.119.372	10.368.452
Total	11.149.133	10.393.410
Vinculados ao Banco Central		
LFT	90.264	-
Total	90.264	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas <i>(Nota 7.a)</i>	26.044	30.111
Total	26.044	30.111
Total Geral	11.265.441	10.423.521

CONSOLIDADO

Carteira Própria:	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
LFT	296.877	731.107
Ações de Companhias Abertas	9.479.248	8.447.060
Total	9.776.125	9.178.167
Vinculados ao Banco Central		
LFT	90.264	-
Total	90.264	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas <i>(Nota 7.a)</i>	26.045	30.111
Total	26.045	30.111
Total Geral	9.892.434	9.208.278

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 7.a – VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

Estão representadas por garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, para o Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 17.b – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

O Banco Clássico era titular 1.121.844 ações ordinárias da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, bloqueadas em razão da garantia oferecida nos autos do processo nº 0070119-89.2015.4.02.5101 na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do rio de Janeiro. Porém, em 16 de setembro de 2019, essas ações foram alienadas pelo custodiante, sem a autorização ou ciência do Banco, para atendimento de ofício que requeria o depósito judicial correspondentes aos frutos e bonificações dessas ações penhoradas. Como consequência, o Banco Clássico notificou o custodiante para que as referidas ações fossem devolvidas a sua custódia. Até a aprovação das presentes demonstrações contábeis as ações ainda não haviam sido restituídas ao Banco.

NOTA 8 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 não ocorreram operações Interfinanceiras ou interfinanceiras realizadas pelo Banco Clássico, nos termos definidos no COSIF.

NOTA 9 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não ocorreram operações de crédito.

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Estão representados substancialmente pela Interposição de recursos Fiscais.

CONTROLADORA

Rendas a receber	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Cias Abertas	136.181	117.778
Total	136.181	117.778
Diversos		
Adiantamento de Salário	69	70
Interposição de Recursos Fiscais <i>(Nota 10.a)</i>	106.105	106.105
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Impostos a compensar	1.933	1.069
Total	108.407	107.544
Total Geral	244.588	225.322

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Rendas a receber		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Companhias Abertas	151.092	210.348
Total	151.092	210.348
Diversos		
Adiantamento de Salário	69	70
Interposição de Recursos Fiscais <i>(Nota 10.a)</i>	106.105	106.105
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Impostos a compensar	1.933	1.069
Total	108.407	107.544
Total Geral	259.499	317.892

NOTA 10.a – INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS FISCAIS

O saldo está representado por dividendos da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, depositados judicialmente pela companhia e pelo resultado da venda das ações mencionada na nota explicativa 7.a, em cumprimento a determinação judicial, como garantia para Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 17.b – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

NOTA 11 – ATIVO PERMANENTE

NOTA 11.a – INVESTIMENTO

Investimento em ações da EGIE com uma participação inferior a 10% do capital social da companhia, a administração, em atendimento às normas emanadas do COSIF, registrou o valor de custo dessas ações no Ativo Permanente, Investimento no País – Outros Investimentos, pelo valor de R\$ 340.693 mil.

NOTA 11.b – IMOBILIZADO DE USO

Os bens que constituem o permanente do Banco apresentam-se devidamente corrigidos pela variação da UFIR, até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida fixado por espécie de bem. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a composição do Ativo Permanente é a seguinte:

CONTROLADORA

	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Investimentos		
Participação Engie Brasil Energia S.A.	340.693	340.693
Total	340.693	340.693

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Imobilizado de Uso		
Imóveis de Uso	600	600
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso	(203)	(182)
Móveis e Equipamentos de Uso	16	16
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(9)	(9)
Sistema de Comunicação	14	14
(-) Depreciação Acumulada Sistema de Comunicação	(13)	(12)
Processamento de Dados	134	100
(-) Depreciação Acumulada Processamento de Dados	(86)	(66)
Total	453	461
Total Geral	341.146	341.154

NOTA 12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 2020 e 2019.

NOTA 13 – OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019 o Banco Clássico operou com recompras a liquidar com títulos públicos, não houve operação compromissadas no consolidado do grupo, conforme abaixo:

CONTROLADORA

Recompras a Liquidar	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
LTN	1.358.160	2.500
NTN	-	1.113.837
Total	1.358.160	1.116.337

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTROLADORA

Títulos	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Pagar	9.775	68.838
Total	9.775	68.838
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	50.506	50.261
Impostos e Contribuições a Recolher	1.352	2.471
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	3.518.535	3.230.152
Total	3.570.393	3.282.884
Diversos:		
Credores Diversos (Nota 14.a)	34	6
Total	34	6
Total Geral	3.580.202	3.351.728

CONSOLIDADO

Títulos	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Pagar	9.775	68.838
Total	9.775	68.838
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	50.506	50.261
Impostos e Contribuições a Recolher	1.352	2.471
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	3.518.535	3.230.152
Total	3.570.393	3.282.884

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Diversos:		
Provisão para Pagamentos a Efetuar	52	25
Taxa de Administração	21	20
Total	73	45
Total Geral	3.581.619	3.351.737

NOTA 15 - RECEITAS

As principais receitas estão assim distribuídas:

CONTROLADORA

	12.2020	12.2019
	R\$ Mil	R\$ Mil
Receitas Financeiras		
Rendas em Operações Compromissadas	36.657	78.933
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa	141.984	9.270
Prejuízo/Despesa de Títulos de Renda Fixa	(168)	(354)
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Variável		-
Despesas de Captação	(35.125)	(78.023)
Total	143.348	9.826
Receitas de Serviços Prestados		
Administração de Fundos	188	186
Outros Serviços	5	3
Total	193	189
Outras Receitas		
Outras <i>(Nota 15.a)</i>	158	123.029
Total	158	123.029
Total Geral	143.699	133.044

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 15 - RECEITAS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

	12.2020	12.2019
	R\$ Mil	R\$ Mil
Receitas Financeira		
Rendas em Operações Compromissadas	36.657	78.933
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa	141.984	9.270
Prejuízo/Despesa de Títulos de Renda Fixa	(168)	(354)
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Variável	-	-
Despesas de Captação	(35.125)	(78.023)
Total	143.348	9.826
Receitas de Serviços Prestados		
Administração de Fundos	188	186
Outros Serviços	5	3
Total	193	189
Outras Receitas		
Outras (Nota 15.a)	158	123.029
Total	158	123.029
Total Geral	143.699	133.044

NOTA 15.a – OUTRAS RECEITAS – OUTRAS

No exercício de 2020, o valor de R\$158 mil se refere a recuperação de despesas e R\$123.029 mil em 2019 se refere a dividendos declarados pela companhia Engie Brasil Energia S.A., registrados em Outras Rendas Operacionais em atendimento ao disposto no COSIF.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 16 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

CONTROLADORA

Outras Despesas Administrativas	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Despesas de água, energia e gás	21	20
Despesas de aluguéis	168	168
Despesas de comunicações	369	356
Despesas de contribuições filantrópicas	-	3
Despesas de manutenção e conservação de bens	9	5
Despesas de material	14	17
Despesas de processamento de dados	565	498
Despesas de publicações	12	60
Despesas de serviços do sistema financeiro	351	322
Despesas de serviços de terceiros	-	2
Despesas de serviços técnicos especializados	4.295	1.711
Despesas de transporte	11	21
Despesas de viagem	15	32
Despesas de depreciação	23	43
Outras Despesas Administrativas	276	461
Total	6.129	3.719

CONSOLIDADO

Outras Despesas Administrativas	12.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Despesas de água, energia e gás	21	20
Despesas de aluguéis	168	168
Despesas de comunicações	369	356
Despesas de contribuições filantrópicas	-	3
Despesas de manutenção e conservação de bens	9	5
Despesas de material	14	17
Despesas de processamento de dados	565	498
Despesas de publicações	12	60
Despesas de serviços do sistema financeiro	351	322
Despesas de serviços de terceiros	-	2
Despesas de serviços técnicos especializados	4.295	1.711
Despesas de transporte	11	21
Despesas de viagem no país	15	32
Despesas de depreciação	23	43
Outras Despesas Administrativas	276	461
Total	6.129	3.719

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco Clássico S/A figura no polo passivo de contingências fiscais no âmbito da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os quais o Banco julga a probabilidade de perdas como remotas ou possíveis.

Para os processos de execução fiscal, o Banco apresentou garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3 (nota explicativa 7.a) e dividendos dessas ações (nota explicativa 10.a), as quais estão destacadas nas demonstrações contábeis nas rubricas Títulos e Valores Mobiliários – Vinculados à prestação de Garantias e Diversos – Interposição de Recursos Fiscais, respectivamente. Sendo assim representados:

Nota	Descrição	Principal em discussão em 31.12.2020	Principal em discussão em 31.12.2019
17.a	Processos Administrativos	25.511 mil	17.475 mil
17.b	Processos de Execução Fiscal – Garantia conforme NE 10.a	25.399 mil	23.809 mil
17.c	Processos de Execução Fiscal – Garantia pendente de homologação	28.726 mil	37.156 mil

Não foram constituídas provisões para contingências fiscais no exercício de 2020 e 2019.

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Durante o exercício de 2020 foram aprovados pelo Banco Central do Brasil dois aumentos de capital um no valor de R\$66.919.000,00 em 03 de junho de 2020 e outro no valor de R\$109.386.012,78 em 15 de setembro de 2020 e desta forma em 31 de dezembro de 2020 o Capital Social está subscrito e integralizado no valor de R\$3.737.052.463,06 mil (Três bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, cinquenta e dois mil e seis centavos), está representado por 745.686.601 (setecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade de domiciliados no país.

- b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

- c) Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas se referem às aplicações mantidas nos Fundos de Investimento administrados pelo próprio Banco Clássico S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 20 – COMPLIANCE

- a) **Controles Internos** - o Sistema de Controles Internos do Banco Clássico S.A. é gerenciado em observância às normas estabelecidas pelos atos normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BCB) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No exercício em curso prosseguiu-se à implementações no Sistema de Controles Internos, contemplando as atualizações necessárias, dos procedimentos para fortalecer os processos nas principais atividades da Ouvidoria, do Cadastro, da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo – PLD/CFT, da Tecnologia de Informações (TI), da Mesa de Operações, do Gerenciamento de Risco, além dos procedimentos de suporte e prevenção do Plano de Continuidade de Negócios.

O ambiente de controle reflete a postura da instituição frente aos riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, mediante políticas, procedimentos e uso de práticas adequadas, definição de alçadas e responsabilidades em todos os níveis organizacionais.

- b) **Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacionais** - o modelo de gerenciamento do risco operacional do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (CMN) e atualizações, que define como risco operacional da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.

Inclui-se nesta definição o risco legal associado à deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos operacionais inerentes aos seus negócios.

- c) **Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado** - o modelo de gerenciamento do risco de mercado do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (CMN) e atualizações, que define como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo-se os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços das ações. A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Dessa forma, a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da empresa está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos.

- d) **Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Crédito** - o modelo de gerenciamento do risco de crédito do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (CMN) e atualizações, que determina a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Resolução nº 4.557/17 (CMN), define como risco de crédito, como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos de crédito.

- e) Risco de Liquidez** - o modelo de gerenciamento do risco de liquidez do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (CMN) e atualizações, que define como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, corrente e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos de liquidez.

O Banco Clássico S.A. mantém carteira de aplicações em títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que garantem suficientemente suas obrigações, mantidas em nível mínimo, por se tratar de banco não alavancado, concentrando os controles diários no acompanhamento dos limites mínimos de caixa, estabelecidos pela Diretoria, os quais permitem que ações prévias sejam adotadas para garantir um caixa seguro e rentável.

- f) Gerenciamento de Capital** – o modelo de gerenciamento de capital do Banco Clássico S.A. é estruturado em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 (CMN) e atualizações. A estrutura é adequada à complexidade de suas operações, e objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto.

O gerenciamento de capital como o processo contínuo de: i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Riscos, e em conformidade à Resolução nº 4.557/17 (CMN), está disponível nas dependências da instituição.

- g) Política de Remuneração** – a política de remuneração do Banco Clássico S.A. é estruturada em conformidade com a Resolução nº 3.921/10 (CMN).

A Resolução nº 3.921/10 (CMN), define como remuneração o pagamento efetuado em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros ativos, em retribuição ao trabalho prestado, compreendendo remuneração fixa, representada por salários, honorários e comissões, e remuneração variável, constituída por bônus, participação nos lucros e outros incentivos associados ao desempenho.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A política de remuneração dos administradores do Banco é compatível com a política de gestão de riscos, formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco e determinada independente do desempenho das áreas de negócio, de forma a não gerar conflitos de interesse.

- h) Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)** – a PRSA do Banco Clássico S.A. é estruturada em conformidade com a Resolução nº 4.327/14 (CMN).

A Resolução 4.327/14 (CMN) estabelece que a PRSA deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas. Define como risco socioambiental, a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

A PRSA do Banco Clássico S.A. é alinhada com o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição, e compatível com a natureza da instituição e com as complexidades de suas atividades e de seus serviços e produtos financeiros.

- i) Ouvidoria** dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor, mantendo-se adequadamente estruturada e em conformidade com as resoluções editadas pelo Banco Central do Brasil.

Os relatórios das atividades da Ouvidoria no contexto das normas legais e regulamentares editada pelo BCB, está disponível nas dependências da instituição.

- j) Comitê de Auditoria**, órgão colegiado, instituído em atendimento a regulamentação do Sistema Financeiro, Resolução nº 3.198/04, art. 15 (CMN) e atualizações, avaliou, nesse período, o sistema de controles internos e concluiu que o mesmo tem sido objeto de permanente atenção por parte da administração e, vem sendo aprimorado e mostra-se efetivo e adequado às necessidades dos negócios da Instituição.

Da mesma forma foram realizados trabalhos pela Auditoria Interna, em conformidade com a Resolução nº 4.879, de 23 de dezembro de 2020 (CMN), com o propósito de avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de risco e governança corporativa da instituição, que não relatou nenhuma inconformidade no Sistema de Controle Interno.

- k) Fundo de Investimentos** – a estrutura de controles internos para gestão de recursos, para distribuição de títulos e valores mobiliários, para custódia e para administração fiduciária implantada, em conformidade com as instruções CVM nºs 617/19, 604/18, 598/18, 558/15, 555/14, 542/13, 543/13, 505/11 e alterações posteriores, atendem às normas, políticas e regulamentações vigentes, assegurando a confidencialidade e fidelidade das informações e a prestação de informações aos clientes, aos cotistas, ao COAF e à CVM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 21 – FATO RELEVANTE

Desde o início de janeiro de 2020, o surto de “coronavírus” é uma situação ainda em evolução, com impactos adversos na atividade econômica global. O estágio atual dessa pandemia impede qualquer prognóstico sobre os impactos na economia nacional. A pandemia desencadeou uma importante desaceleração econômica global, trazendo reflexos na volatilidade e na precificação dos ativos financeiros de uma forma geral. A Diretoria executiva do Banco está monitorando os eventos econômicos relacionados à pandemia provocada pelo “coronavírus” e coordenando suas respostas operacionais com o acionamento dos planos de continuidade de negócios existentes, respeitando-se as orientações dos órgãos governamentais e de saúde, dos reguladores do mercado financeiro e de capitais.